



Anais da Assembléia

A V U L S O

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1977.

ANO III

PARECER À PROPOSIÇÃO N.º 537/77

I — Emendas aos arts. 11, 16, 20, 22, 24, 41, § 10 e 11, 42, 45, 57, 58, 63, 79, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 96, 101, 107 e 157, podem ser consideradas como meras adaptações da Constituição Estadual às emendas n.ºs. 1, 4, 5, 6, 7 e 8 vigentes no âmbito federal.

Desde que estes dispositivos já se encontram incorporados ao direito legislado nos Estados, por força do art. 200 da Constituição Federal, as modificações apresentadas, no atual contexto, visam tão somente formalizar o emprego de tais normas na esfera estadual, conferindo maior rigor técnico ao nosso sistema constitucional.

II — Emenda ao art. 41, § 1.º

A emenda apresentada, pretende clarificar, definitivamente, o problema da nomeação dos auditores do Tribunal de Contas do Estado, conferindo esta atribuição, exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo.

Aliás, a redação ora apresentada, encontra precedentes nas constituições de outros Estados onde a prévia aprovação pela Assembléia Legislativa só é necessária para a nomeação de conselheiros do Tribunal de Contas.

Uma interpretação mais rigorosa das disposições atuais não deixa nenhuma dúvida de que é dispensável a aprovação da Assembléia para a indicação de auditores. Se se pretendesse também incluir o pré-requisito do consentimento do Poder Legislativo para a nomeação de auditor, tal exigência constaria da Secção III, da Constituição Estadual ("Das Atribuições da Assembléia Legislativa"), como acontece com os conselheiros (art. 22, IX).

I — Art. 147

Procura-se com tal emenda simetria jurídica com o que dispõe a Constituição Federal. Aliás, sempre que esta matéria é encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, por força de provocações judiciais, este tem sistemática e uniformemente decidido pela necessidade de se observar inarredável simetria ao modelo federal.

Outras constituições estaduais, além de prever diversas vantagens aos ex-ocupantes da chefia do Poder Executivo, têm redação idêntica à Constituição Federal, como por exemplo, as do Estado do Pará, Amazonas, Santa Catarina, Pernambuco e Minas Gerais. Acrescente-se que o que se propõe não estará trazendo aumento à despesa pública — o que seria vedado ao legislador, mesmo no exercício do poder constituinte derivado, e muito menos invadindo competência exclusiva do Poder Executivo para propostas que pretendam ordenar matéria relativa a servidores públicos (art. 25, § 1.º).

Visa-se unicamente corrigir uma disfunção literal da Emenda Constitucional n.º 3, que na redação do texto referente à Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, por analogia, igualou a referida Procuradoria à Procuradoria Geral do Estado, dando-lhe vinculação à Secretaria de Justiça, no que não cuidou da diferença fundamental entre os dois órgãos.

É notória essa diferenciação: pois se à Procuradoria Geral do Estado cabe a atuação contenciosa na representação judicial ou extra-judicial, ou como consultoria jurídica do Executivo, à Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas são pertinentes atribuições específicas de defesa do Executivo.

III — Art. 24, § 2.º — Art. 41, § 11 — Art. 22, inc. XVI - Art. 106, § 2.º

São pertinentes e devem ser aceitas posto que procuram aclarar os dispositivos constitucionais e resolver problemas que vêm sendo levantados quando da sua interpretação e aplicação.

IV — Art. 41, § 4.º

Não é de ser aprovada porque modifica a redação do artigo acima, deixando inalterado o seu conteúdo, no sentido de sujeitar à aprovação da Assembléia Legislativa, a nomeação dos auditores do Tribunal de Contas do Estado, o que não seria conveniente, como já expusemos ao comentar a proposição inicial em sua emenda ao mesmo artigo.

Propõe este relator apenas que no § 4.º do art. 41, a expressão "independentemente de aprovação pela Assembléia Legislativa" seja substituída pela expressão "excetuada a aprovação pela Assembléia Legislativa", ficando o artigo assim redigido:

Art. 41 . . .

§ 4.º — Os auditores do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador, observadas as exigências do § 3.º, excetuada a aprovação pela Assembléia Legislativa, e terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos conselheiros.

É o parecer, pela aprovação da emenda à Constituição, proposta n.º 537/77, e com nova redação ao art. 41, § 4, bem como as emendas de autoria do Deputado Aguinaldo Pereira Lima e Deputado Muggiati Filho.

Curitiba, 28 de novembro de 1977

ENÉAS FARIA — voto em separado.

Presidente em exercício

Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Relator

EZEQUIAS LOSSO